



ANAIIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. XII (2011)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

«Traz à memória a excelência de suas obras e virtudes». D. Frei Aleixo de Meneses (1559-1617), mecenas e patrono

Carla Alferes Pinto 

Como Citar | How to Cite

Pinto, Carla Alferes. 2011. «“Traz à memória a excelência de suas obras e virtudes”. D. Frei Aleixo de Meneses (1559-1617), mecenas e patrono». *Anais de História de Além-Mar* XII: 153-180.
<https://doi.org/10.57759/aham2011.37225>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2011. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2011. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

«TRAZ À MEMÓRIA
A EXCELÊNCIA DE SUAS OBRAS E VIRTUDES».
D. FREI ALEIXO DE MENESES (1559-1617),
MECENAS E PATRONO*

por

CARLA ALFERES PINTO**

No ano de 1620, saiu da prensa lisboeta de Pedro Craesbeeck um curioso texto escrito por frei Gaspar de Amorim (c.1576-1646)¹. No sermão dava-se eco das palavras do frade agostinho, e então prior do Convento de Nossa Senhora da Graça de Goa, que haviam sido compostas na forma de elogio, pelas exéquias do arcebispo de Braga D. frei Aleixo de Meneses após a morte deste em Madrid no dia 3 de Maio de 1617. O sermão fora encomenda de D. Diogo Coutinho, capitão e governador de Cochim, e proferido em 1618, um ano após o acontecimento.

* Este texto resulta da comunicação «O mecenato artístico de D. frei Aleixo de Meneses (1559-1617)», apresentada em Maio de 2009 no ciclo de conferências *Mecenas e patronos. A encomenda artística e a Igreja em Portugal*, organizado pelo Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa.

** Investigadora do Centro de História de Além-Mar. Doutoranda em História da Arte e bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/63763/2009).

¹ Frei Gaspar de AMORIM, *Sermam funeral em as exequias do Illustrissimo e Reverendissimo senhor dom Fr. Aleixo de Meneses Arcebispo de Goa, Primas & Governador da Índia: depois Arcebispo & senhor de Braga, Primas de Espanha, Visorey de Portugal, & ultimamente Capellaõ mor de sua Magestade, & Presidente de deu supremo cõselho em Madrid*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1620. Frei Gaspar de Amorim era filho de Francisco Velho e de Perpétua de Amorim. Nasceu em Lisboa e recebeu o hábito agostinho no Convento da Graça, da mesma cidade, a 18 de Dezembro de 1596. Fez estudos superiores na Faculdade de Filosofia e Teologia e partiu para a Índia em 1610. Foi prior do convento dos agostinhos em Goa, vigário-geral da mesma congregação, deputado da Inquisição (10/10/1644), fundador do seminário de S. Guilherme e juiz das Ordens Militares na segunda instância. Morreu em Goa a 7 de Agosto de 1646. Ver Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana. Historica, Critica e Cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compuseraõ desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até ao tempo prezente*, (fac-símile da edição de Lisboa Occidental, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1747), Coimbra, Atlântida Editora, 1965, Vol. II, p. 305. Frei Gaspar Amorim era, aquando da escrita do sermão e sua leitura, prior do Convento de Santo Agostinho em Cochim, cidade de onde conheceria D. Diogo Coutinho, conforme se pode ler na folha de rosto do livro.

No início desse elogio, mencionava-se a leal amizade de Coutinho para com o defunto arcebispo e o seu grau de parentesco com o mesmo. Quem era D. Diogo Coutinho? Um sobrinho-neto, uma vez que os filhos de sua irmã mais nova, D. Mécia da Silveira e Meneses (?-03/07/1598), que se casou com D. Luís Coutinho, quarto conde de Redondo (c. 1540-1578), se chamavam D. Francisca da Silveira e D. João Coutinho²? Ou um parente mais afastado? Registe-se que a documentação menciona que D. Diogo Coutinho era capitão de Cochim em 1610 e teria recebido a capitania de Malaca em 1622³.

O tempo que mediou entre a morte do prelado na Europa em 1617⁴ e o acontecimento indiano justifica-se pela demora nas comunicações, normalmente sujeitas às vicissitudes das viagens marítimas e das eventuais tempestades, monções, naufrágios e ataques piratas. Pese embora a natureza das comunicações entre as várias partes do império, a morte de D. frei Aleixo de Meneses foi assunto tratado pelas vias oficiais e seguiu o curso da documentação enviada nas naus.

A julgar pela publicação dos elogios fúnebres na prestigiada casa Craesbeeck, a morte do arcebispo foi assunto de interesse para a sociedade letrada da época e particularmente sentida por aqueles que com ele conviveram ou que conheciam a sua actuação. A sua memória na Índia perdurava. O título do sermão não deixava margem para dúvidas: *Sermam funeral em as exequias do Illustrissimo e Reverendissimo senhor dom Fr. Aleixo de Meneses Arcebispo de Goa, Primas & Governador da Índia: depois Arcebispo & senhor de Braga, Primas de Espanha, Visorey de Portugal, & ultimamente Capellaõ mor de sua Magestade, & Presidente de deu supremo cõselho em Madrid*.

O texto contém vários motivos de interesse, mas detenho-me especificamente em dois deles: a personagem escolhida como modelo erudito para a encomiástica comparação com o prelado – frei Gaspar de Amorim escolheu a figura de Josias⁵ (Ben Sira 49: 1-4; rei de Judá e descendente de David) –, e a opção pelo olfacto como sentido utilizado na comunicação:

² Sobre a descendência de D. Aleixo de Meneses e D. Luísa da Silveira, ver Carla Alferes PINTO, «Notas para o estudo do mecenato de D. Frei Aleixo de Meneses: os recolhimentos da Misericórdia em Goa», *Anais de História de Além-Mar*, Vol. 7, 2006, pp. 279-309 (p. 279, n. 2).

³ Mandando aparelhar em Cochim, com avultados gastos da sua fazenda e pela grande amizade que tinha ao vice-rei Rui Lourenço de Távora, dois galeões de uma armada de cinco navios com destino à China. António BOCARRO, *Década 13 da História da Índia*, dir. Rodrigo José de Lima Felner, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1876, Parte I, pp. 93-94. Após a nomeação para a capitania de Malaca, participou numa reunião do conselho do Estado da Índia no dia 13 de Abril de 1622. Panduronga S. S. PISSURLENCAR (estudo e notas), *Assentos do Conselho do Estado*, Bastorá, Tip. Ragel, 1935, Vol. 1, doc. 36. As referências documentais foram-me dadas pelo Dr. João Silva de Jesus, a quem devo um público agradecimento.

⁴ O elogio fúnebre pela morte de D. frei Aleixo de Meneses, escrito pelo padre frei Manuel da Conceição (1547-1624), fora pronunciado no Convento de Nossa Senhora da Graça em Lisboa, a 6 de Junho de 1617. P.^o frei Manuel da CONCEIÇÃO, *Jesus. Sermão funeral nas exequias do... Senhor D. F. Aleyxo de Meneses... / foy pregado no Mosteiro de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, a 6. de Junho [de 1617]*, Lisboa, Officina de Pedro Crasbeeck, 1617.

⁵ «Pois sendo o nosso Prelado comparado a Josias em todas as obras insignes que na vida fez», G. AMORIM, op. cit., p. 15. A grafia das citações de fontes impressas foi actualizada.

(...) me pareceram acomodadas as palavras que tomei por tema do cap. 49 do Eclesiastes [sic] onde diz o Espírito Santo, que a lembrança do rei Josias, é feita para uma composição de bom cheiro, isto é para que sua fama, e suavidade do cheiro de suas virtudes nos incite e anime às imitarmos⁶.

Nada seria por acaso. Josias, rei judeu lembrado por ter perseguido formas diversas de idolatria, adequava-se às características deste paladino contra-reformista; o olfacto, um dos cinco sentidos, estava impregnado de significados provenientes de uma longa patrística exortativa das virtudes dos santos e bons homens em oposição aos que cediam ao pecado.

O cheiro tinha uma longa história de deleitamento. Menos pernicioso que os sensuais tacto e gosto, menos enganador que a visão e a audição numa época de vivências místicas intensas, o olfacto encontrava nos clássicos uma alusão erudita, nomeadamente em Plínio, que classificava o prazer do perfume como uma das mais honrosas diversões da vida. Ainda que nos primeiros momentos de crescimento do cristianismo tenha sofrido uma forte hostilidade, o sentido do olfacto foi, paradoxalmente, utilizado mais tarde como instrumento para a assimilação dos novos rituais da emergente Igreja Católica (fosse na Europa, fosse em territórios extra-europeus), designadamente através do uso do incenso em enormes e oscilantes incensórios que exalavam um inebriante perfume pelo espaço da igreja, na celebração da liturgia ou no decurso de uma procissão. Este perfume, este «odor de santidade», foi rapidamente alvo de reflexão e doutrina que levou, inclusive, à teorização da ideia de que o corpo dos santos e de outras pessoas com carácter sagrado emitiam uma fragrância única e distintiva.

É ao exemplo e ao «cheiro de suas virtudes» que frei Gaspar Amorim se refere no seu texto dedicado ao antigo arcebispo de Goa: «e em todos eles dava aquele cheiro da fragrância de seu exemplo: reacendia aquela massa odorífera de várias espécies de virtudes»⁷.

Por esta altura, a memória de D. frei Aleixo de Meneses era benfazeja, e as consequências das suas acções, nomeadamente no que diz respeito aos cristãos malabares e ao Sínodo de Diamper, ainda não tinham feito abater sobre a sua figura o escuro manto da lenda negra que ainda hoje lhe está, anacronicamente, associada⁸. E, por isso, frei Gaspar Amorim recorreu aos textos sagrados do Antigo Testamento para encontrar a personagem ideal para comparar com D. frei Aleixo. No Ben Sira, que pertence, com outros, ao conjunto dos chamados «Livros Sapienciais», encontrou um texto de carácter existencialista que colocava questões sobre como enfrentar a vida – reflexões sobre a inconstância dos prazeres, a incerteza que rodeava o ser humano e

⁶ G. AMORIM, op. cit., p. 2.

⁷ G. AMORIM, op. cit., p. 6.

⁸ Sobre este assunto, veja-se Sanjay SUBRAHMANYAM, «Dom Frei Aleixo de Meneses (1559-1617) et l'échec des tentatives d'indigénisation du Christianisme en Inde», *Archives des Sciences sociales des Religions*, n.º 103, 1998, pp. 21-42.

a caducidade da sua existência, a futilidade associada aos bens terrenos, as injustiças da vida, já que nesta nada seria seguro, excepto a morte.

Com este texto, proponho-me contribuir para a releitura da personalidade e acção de D. frei Aleixo de Meneses, através de alguns aspectos do seu extensíssimo mecenato e patrocínio das artes, que evocarei tendo em conta as palavras de frei Amorim, segundo o qual «tratar das raras virtudes e extraordinárias excelências, e grandes grandezas do nosso insigne prelado em campo tão breve, e tempo tão limitado não é possível»⁹.

**«Lembra-te homem das coisas passadas das que já foram antes de ti»¹⁰.
D. Pedro de Meneses (25/01/1559-03/05/1617)**

Ao longo da primeira parte do texto do sermão, frei Gaspar recorreu constantemente à expressão *opus pigmentarij* para caracterizar a personagem de Josias. O frade conotava Josias com a ideia de «uma obra, e um agregado de certas confeições»¹¹. A metáfora implicava um «retrato» das características e virtudes pessoais do rei judeu (e, logo, de cada um de nós) que permitia a Amorim ir mais além e pegar no sentido latino da palavra *pigmentum* (cuja origem etimológica no verbo *pingere*, «pintar», atestava a definição de componentes ou substâncias com propriedades corantes), recorrendo a conceitos e significados típicos da pintura – como por exemplo «as tintas» e «as cores» com que os pintores «debuxam e retratam uma figura perfeita»¹² –, para fazer o verdadeiro retrato do frade arcebispo. O recurso estilístico é particularmente interessante quando analisado à luz de uma sociedade que vivia rodeada de imagens de carácter pedagógico e missionário, e atesta a importância de que se revestiam os objectos artísticos para as comunidades de então.

Pesem embora a retórica e o elogio edificante, as palavras do frade agostinho, que conheceu Meneses e conviveu com outras personagens que o conheciam¹³, fornecem-nos algumas informações interessantes sobre episódios da vida de D. frei Aleixo¹⁴. Lembra-nos a sua ascendência privilegiada (que, também ela, coincide com a personagem Josias) – «nele primeiramente resplandeceu a tinta fina do sangue ilustre, e generoso, por qualquer das quatro linhas de sua ascendência» – e a convivência distinta: «nem faltarão nesta pintura sombras que realçassem mais as tintas naturais, isto é as partes da fortuna, criação em o paço por seu pai ser aio de el-rei Dom Sebastião

⁹ G. AMORIM, op. cit., p. 3.

¹⁰ G. AMORIM, op. cit., p. 3.

¹¹ G. AMORIM, op. cit., p. 2v.

¹² G. AMORIM, op. cit., p. 4v.

¹³ Por exemplo, a certo passo do seu sermão escreve: «o senhor Dom Fr. Agostinho de Jesus, a quem eu ouvi relatar o que se dissera...», G. AMORIM, op. cit., p. 7v.

¹⁴ Sobre este assunto, ver também C. A. PINTO, op. cit., *passim*.

(...) que lhe mostrava [o rei] particular afeição, e como desde [a] meninice o puseram em traje eclesiástico»¹⁵.

Recorrendo a metáforas relacionadas com o cheiro, a pintura, as tintas e os pigmentos ou as sombras, constantemente alternadas com frases latinas escolhidas de textos sagrados e de doutores da Igreja, Amorim vai salientando as virtudes do bispo num registo que deixa transparecer intimidade, em algumas circunstâncias. Aponta-lhe a inteligência, a prudência e a habilidade, todos aspectos fundamentais para o bom desempenho na sociedade cortesã entre o final de Quinhentos e o início de Seiscentos.

O frade não conseguiu, contudo, fugir às abundantes contradições deste tipo de texto laudatório; por exemplo, admitia a dificuldade de manutenção do estatuto dos filhos segundos da nobreza (nomeadamente no caso de Aleixo, que era o benjamim¹⁶), ao mesmo tempo que escrevia que o que mais «agradou a Deus foi o desprezo do mundo»¹⁷ que o jovem Pedro de Meneses revelara no seu convívio com a corte lisboeta. Refere-se ainda ao traje de Santo Agostinho como uma «mortalha» – o que deixa antever uma vida de algumas provações –, e revela alguns pormenores interessantes sobre o momento da decisão de tomar o hábito.

Segundo Amorim, D. Luísa da Silveira (c.1510-1597), mãe de Pedro, terá ficado muito abalada com a decisão do filho (esperançada, como estava, numa velhice acompanhada, já que era viúva há alguns anos), ao ponto de pedir ao rei que o contrariasse nessa decisão. O rei terá pedido, então, a D. Fernão de Álvares de Noronha (tio de Meneses¹⁸) e a D. Luís Coutinho (cunhado¹⁹) que o dissuadissem; porém, «nenhumas [razões] entram ao devoto mancebo, tudo despreza»²⁰.

Lembremos mais uma vez que se trata de um texto elogioso, em que a retórica de um percurso de vocação e de santidade é constante. Gaspar de Amorim salienta em Aleixo (que tomara do pai o novel nome religioso) a prudência precoce, que fazia do mancebo velho, e a polidez, a eloquência e a discrição que conduziram o religioso enquanto jovem aos mais altos cargos nos priorados dos conventos agostinhos portugueses.

Registe-se que Amorim não menciona a formação escolar e universitária do frade bispo. E ainda que não conheçamos documentação que o comprove, segundo D. Rodrigo da Cunha, D. frei Aleixo terá concluído os estudos de Teologia em Coimbra, e era tal a sua fama de orador virtuoso que, ainda

¹⁵ G. AMORIM, op. cit., p. 5.

¹⁶ A propósito de ter sido posto, desde pequeno, em traje eclesiástico: «poderia ter muitas esperanças que chegando a idade conveniente lhe faria [o rei D. Sebastião] mercê de largas rendas pela Igreja, com que na fazenda temporal excedesse a seus irmãos mais velhos que seguiam o estado secular», G. AMORIM, op. cit., p. 5.

¹⁷ G. AMORIM, op. cit., p. 5v.

¹⁸ Filho de D. Álvaro de Noronha e de D. Maria da Silveira, irmão de D. Luísa da Silveira.

¹⁹ Quarto conde do Redondo e casado com a irmã de D. frei Aleixo, D. Mécia da Silveira e Meneses.

²⁰ G. AMORIM, op. cit., p. 6.

no Colégio e logo que foi ordenado sacerdote, «uma insigne religiosa (das que chamam na sua Ordem Mantelatas, e cuja vida por admirável ele depois escreveu) levada da mesma opinião, que se tinha dele o pediu ao Prelado do Colégio para seu mestre, e confessor»²¹.

Frei Gaspar não deixa, contudo, de referir os episódios em torno da nomeação do prelado para a cadeira arcebispal de Goa, da recusa desse e das ordens dadas pelo rei, uma, duas, três vezes. E a importância capital que o tio, D. frei Agostinho de Castro (ou de Jesus), personagem que acredito ter tido uma influência fundamental na formação de Aleixo e na sua nomeação para Goa²², teve nessa situação particular. Amorim escreve ter ouvido do próprio religioso bracarense a maneira como convencera o renitente Aleixo a aceitar a nomeação, tendo-lhe dito que seria essa uma eleição de Deus e que o reino dos Céus aguardava grandes serviços do sobrinho.

Esta questão é particularmente interessante quando olhada à luz das vicissitudes familiares e sociais vividas pelas casas nobres portuguesas aquando dos reinados dos Habsburgos.

D. frei Aleixo conviveu com dois Filipes – D. Filipe II (r. 1580-1598) e D. Filipe III (r. 1598-1621) –, mas seu pai servira na corte de D. João III, tivera importantes cargos na administração da casa e territórios ultramarinos dos Avis-Beja e fora aio de D. Sebastião (com quem, aliás, D. frei Aleixo e seu irmão Álvaro foram criados). Não sabemos, por isso, quais os motivos e qual o processo da aproximação da família Meneses ao neto de D. Manuel e filho de Carlos V.

Sabemos que D. Aleixo de Meneses morreu em tenra idade do futuro frade (em 1569) e que os membros varonis da família morreram ou ficaram cativos em Alcácer-Quibir. Como lidou a viúva de Meneses com as regências de D. Catarina e do cardeal D. Henrique? Será que, como aconteceu noutros casos, os membros preeminentes da família acabaram, simplesmente, por optar defender o «melhor partido», aquele que estava em melhor posição para conceder benesses e defender os seus interesses?

De que esta era a situação de frei Aleixo aquando da nomeação para o cargo goês, não há grandes dúvidas²³, confiança reforçada ainda pelo facto de não ser certo que D. frei Aleixo tenha completado qualquer curso universitário, razão preferencial para ascensão aos priorados e bispados. Por outro

²¹ D. Rodrigo da CUNHA, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga* (fac-símile da edição coimbrã de Manuel Cardoso, 1635), Braga, Barbosa & Xavier, 1989, Vol. 2, p. 422. A religiosa a que o documento se referia era Beatriz Vaz de Oliveira. Ver nota 37 deste artigo.

²² Nomeadamente quando se sabe que D. frei Agostinho de Castro não foi a primeira escolha do Conselho de Portugal para a diocese de Braga e que a sua nomeação terá sido uma decisão de D. Filipe II, revelando assim traços de relação pessoal com o rei que se terão estendido ao sobrinho. Sobre este assunto, ver José Pedro PAIVA, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2006, pp. 377-381.

²³ «Em suma, de tudo isto decorre que, na nova arena política, aquilo que parece ter sido decisivo para que se ascendesse a uma mitra foi revelar comprometimento pessoal no apoio a D. Filipe II (...), J. P. PAIVA, op. cit., p. 362.

lado, a obstinada posição de Meneses em recusar o cargo que o rei lhe oferecia reflecte uma negociação com vista a obter os melhores rendimentos possíveis, e não uma posição de facto; afinal, esses cargos eram vistos como um prémio²⁴.

«Porque não basta só ser Santo nem só ter bom governo, um e outro espírito é necessário, uma e outra coisa é mister²⁵.»

D. frei Aleixo de Meneses e o poder

Frei Gaspar Amorim recorreu à alegórica visão do carro celestial de Ezequiel para resumir as virtudes a que o ofício («mister», nas suas palavras) de governar devia aspirar. Na opinião do frade agostinho, D. frei Aleixo de Meneses possuía-as.

Segundo o livro do Antigo Testamento, Ezequiel teria sido acometido de visões aquando do Êxodo. Numa delas, viu um carro em cujas rodas estavam representadas quatro criaturas com as faces de um homem, de um leão, de uma águia e de um touro (Ezequiel 1: 5-6, 10). Essas faces simbolizavam os quatro atributos de Jeová: o homem/anjo do amor a Deus; o leão da justiça; a águia símbolo de sabedoria; e o touro do poder e força do Senhor. Todas estas características foram referidas como parte do carácter do antigo arcebispo de Goa. O touro simbolizava, nas palavras de Amorim, a «madureza e sofrimento», às quais conferiu particular importância e que já havia referido como essenciais na personalidade de Meneses desde tenra idade. A par destas, a justiça foi a qualidade escolhida no sermão como a fundamental para assegurar o desempenho do bom governo, civil ou religioso. Amorim via na justiça a «parte principal do governo» por «encaminhar a Deus»²⁶.

Da justiça que o padre assim definia, faziam parte a caridade e o zelo na defesa da «honra de Deus», ou seja, dos valores morais e doutrinários emanados de Roma. Foram estas as características que decidiu esmiuçar.

²⁴ Para este assunto, ver J. P. PAIVA, op. cit., p. 363: «Em termos práticos, o que se alterou foi o conceito de serviço. Por isso, os bispados, bem como a maioria dos lugares nos diversos conselhos e tribunais da coroa, passaram a ser atribuídos principalmente, como um prémio para os que se revelavam leais adeptos da nova dinastia, (...)» Ver também C. A. PINTO, op. cit., pp. 284-285. No caso de D. frei Aleixo de Meneses, acresce que a sua posição teria sido essencialmente defendida pelo tio, como atrás vimos, e, mesmo que materialmente menos rentáveis que as dioceses em território europeu (e sujeitas a precárias condições de sobrevivência, o que não era o caso de Goa), as mitras ultramarinas podiam servir de alavanca para recompensas futuras no reino. Ver J. P. PAIVA, op. cit., pp. 409 e 411. Segundo Carlos Alonso, o arcebispo terá recebido pela nomeação verbas consideráveis: a reserva da provisão de todos os benefícios eclesiásticos da diocese (até então pertença dos vice-reis); os 5000 ducados de renda usuais dos arcebispos e mais 2000 de mercê; dízimos (que deviam importar em mais 1000 ducados); as rendas de Bardes. Carlos ALONSO, *Alejo de Meneses, O.S.A. (1559-1617), Arzobispo de Goa (1595-1612): Estudio biográfico*, Valladolid, Estudio Agustiniiano, 1992, p. 27.

²⁵ G. AMORIM, op. cit., p. 11.

²⁶ G. AMORIM, op. cit., p. 11.

No que diz respeito à caridade, escreveu o frade que era D. frei Aleixo sobejamente conhecido; quanto à defesa da «honra», aproveitou Amorim para ajustar contas com os inimigos de Meneses, mencionando no sermão que, não obstante as traições e constantes obstruções ao exercício do poder com que D. frei Aleixo tivera de lidar, conseguira sempre fazer valer a sua posição junto dos reis, pelo que fora recompensado com cargos de nova importância.

Este aspecto da vida de D. frei Aleixo necessita de uma investigação que está por fazer e de uma análise mais atenta. É, contudo, certo que Meneses teve disputas várias com o poder político e civil de Goa – e também com os poderes religiosos, nomeadamente, a ordem franciscana que afrontou várias vezes –, e a menção a esta realidade num texto patrocinado por um membro da sua família vem trazer à liça as questões relacionadas com as estratégias familiares de poder e o constante jogo de influências que era alimentado na corte madrilena.

O assunto não é trazido em memória do defundo, mas em defesa das razões dos vivos que pertenciam à mesma família. Veja-se como Amorim, já no final do sermão, ao justificar ter ido buscar episódios antigos da vida de D. frei Aleixo, pede que a Índia (representada pelas suas nobres famílias) chore a morte do prelado. A parábola que utiliza não é retirada da Bíblia mas, antes, dos clássicos. Recorre a Numa Pompílio, sucessor de Rómulo e segundo rei de Roma, afamado pela paz que trouxe ao seu reino, pela reforma das leis e pela organização das instituições religiosas e civis.

Para Gaspar Amorim, e certamente também para os seus patronos seculares e religiosos, D. frei Aleixo «era os olhos da Índia»²⁷, pelo que pedia as lágrimas da assembleia que o ouvia, com o objectivo de fazer chegar um apelo a alguém (o rei, o vice-rei, o Conselho de Portugal) que estava longe mas que devia ouvir os lamentos: «compadecei-vos deste estado [a Índia], e de cada um de nós, havei compaixão de nossa miséria, *Miserere nobis*, amparaí-nos, ajudai-nos, comunicai-nos nosso favor»²⁸.

Por outro lado, há que ter em conta o valor apologético do texto, uma vez que sabemos que por mais favores que Meneses obtivesse junto dos Filipes, a sua ambição era recompensada quando servia a estratégia e o arbítrio reais²⁹. É notória a confiança que os Filipes depositaram em D. frei Aleixo, que foi vice-rei de Portugal no ano que mediou entre Julho de 1614 e

²⁷ D. frei Aleixo continuara a fazer à distância manobras de influência para perpetuar o seu nome, e o da sua ordem, na Índia. Por exemplo, segundo frei António da Purificação, terá conseguido do papa Paulo V um breve, datado de 2 de Dezembro de 1614, para lembrar e rezar ofícios em nome dos e, note-se, das mártires da ordem que haviam padecido na Índia. Ver frei António da Purificação, *Chronica da Antiquissima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho & Hipponia, & Principal Doutor da Igreja*, Lisboa, Manoel da Silva, 1642, Vol. I, p. 44v.

²⁸ G. AMORIM, op. cit., p. 15v.

²⁹ Ver C. A. PINTO, op. cit. Leiam-se também as palavras de frei Gaspar Amorim quando procura justificar a necessidade da memória de frei Aleixo: «e ultimamente tanta aceitação do rei». G. AMORIM, op. cit., p. 13v.

1615, e seguiu para junto do rei, em Madrid, como presidente do Conselho de Portugal até à sua morte em Maio de 1617.

Os seus contemporâneos, os memorialistas e os cronistas alegam constantemente a isenção de D. frei Aleixo de Meneses, no que diz respeito à concessão de privilégios à sua ordem. De facto, não foi assim. Nem poderia ser. D. frei Aleixo protegia a sua vasta parentela, directa e clientelar, bem como os agostinhos. Era esta a forma de agir de nobres e religiosos, era esta a maneira de sobreviver nas boas graças do poder real, civil ou eclesiástico, numa altura em que a presença junto do rei, da cidade ou de Roma se insinuava nos corredores, se manifestava na presença junto das elites, se reforçava na partilha de acções, aumentando a possibilidade de ser ouvido por essas mesmas elites. A acção mecénica e de patrocínio que analisarei adiante atesta o favor de D. frei Aleixo de Meneses à sua ordem. A nomeação de um número crescente de agostinhos para cargos importantes em Portugal e na Índia³⁰ prova a influência de Meneses junto do rei e como o frade não desdenhava o exercício do poder.

«Vossas obras vos louvam³¹.»

D. frei Aleixo de Meneses, mecenas e patrono

Sendo mais reconhecido pelo seu arcebispado e intervenção em Goa, D. frei Aleixo começou a agir como patrono das artes ainda em Portugal, enquanto prior de conventos agostinhos. É certo que a responsabilidade do priorado incluía a execução de obras de beneficência nos edifícios sempre que necessário, mas na actuação de Meneses encontramos, para além da erudição e intenção memorialista, o comportamento de um verdadeiro mecenas.

Com apenas 29 anos, D. frei Aleixo foi eleito para o priorado de Torres Vedras durante o biénio de 1588-90. O pedido original para a fundação de um convento agostinho nessa cidade datava do reinado de D. Afonso III³². Tendo sido iniciado mais tarde, em finais do século XIV, era, ainda assim, um dos mais antigos de Portugal. Situava-se no sítio da Várzea Grande, em frente da Igreja de S. Tiago, e as obras prolongaram-se por décadas. Essa localização, inicialmente feliz, face à proximidade da água, acabou por ser a ruína do primitivo convento, uma vez que as sucessivas enchentes da ribeira do Alpilhão e a exiguidade das instalações e espaços adjacentes tornavam a vida dos frades um longo calvário de humidade, desconforto, epidemias e miséria. No século XVI, o convento acabou por ser abandonado e os frades

³⁰ J. P. PAIVA, op. cit., p. 412.

³¹ G. AMORIM, op. cit., p. 13.

³² Para a história do Convento da Graça de Torres Vedras, ver Paula Correia da SILVA, *O Convento da Graça de Torres Vedras. A comunidade eremítica e o património*, Torres Vedras, Livro do Dia, 2007, pp. 31-40.

instalaram-se no Hospital de Santo André da Gafaria (a 30 de Novembro de 1544), que se situava junto a uma das portas de entrada da cidade. Esta mudança provocou alguma polémica (ainda que os direitos e rendas do antigo hospital só fossem anexados ao convento em 1578), mas a verdade é que os frades não se mantiveram muito tempo nesse novo edifício. Em 1559, a construção antiga começou a ser demolida para aproveitamento dos materiais na edificação de uma nova igreja que já estava pronta em 1580, poucos anos antes do priorado de D. frei Aleixo de Meneses.

Os poucos estudos que foram produzidos sobre a história do edifício conventual dos gracianos de Torres Vedras referem que o prelado terá dado um forte impulso ao demorado programa de obras que atrás referi. É natural que assim seja, quer por razões circunstanciais – afinal D. frei Aleixo fora eleito num período de reconstrução do edifício –, quer devido à nova parénética e encenação do espaço religioso que as normas pós-tridentinas aconselhavam. De um pequeno convento afastado da urbe e pensado para servir uma comunidade monástica destinada à reflexão, a Graça de Torres Vedras transformou-se num complexo que servia a cidade e os viajantes, consagrado à catequização das populações e à manutenção da assistência aos enfermos que a posse do antigo edifício de Santo André exigia.

Só um levantamento da documentação existente e uma análise cuidada da estrutura do edifício que serve hoje de Museu Municipal Leonel Trindade da cidade de Torres Vedras poderão, por um lado, aferir qual a verdadeira intervenção de D. frei Aleixo na beneficiação do mesmo e, por outro lado, que alterações sofreu o complexo ao longo dos tempos. Todavia, quer pela dimensão quer pela localização da igreja – ocupando todo o lado norte do complexo construído e formada por uma extensa nave única com capela-mor e nártex –, quer pela colocação do claustro – que organiza toda a zona conventual e serve de passagem para os vários espaços, num esquema que se pode interpretar da seguinte forma: lado norte, igreja; lado oeste, assistência e cómodos dos religiosos; lado sul, armazéns e, no piso superior, livraria e segundo dormitório; lado este, com um carácter mais público, dando lugar aos acessos, à sala da irmandade e, no segundo andar, às dependências conventuais –, é muito provável que a estrutura se mantenha, *grosso modo*, conforme o original.

A atestar a precoce percepção da importância que o seu percurso pessoal poderia ter para a valorização da ordem agostinha, bem como uma forte vocação manifesta nas virtudes religiosas que prezava e na imaculada conduta moral a que segundo as crónicas se submetia, está a escolha da figura de S. Gonçalo de Lagos como tema para a escrita de uma *vida* de sua autoria.

Gonçalo de Lagos fora prior no primitivo convento, mais de um século antes de Aleixo, e muito admirado pelos seus irmãos. Uma das preocupações dos frades quando da mudança para o novo convento do qual Meneses era prior, fora assegurar a correcta trasladação das relíquias do, então, beato de

Lagos (canonizado mais tarde, em 1778), que, face às notícias de santidade, era na altura alvo de constantes romarias e grande devoção.

D. frei Aleixo de Meneses associava-se assim à veneranda figura do futuro santo agostinho, enquanto seu biógrafo, enquanto seu correligionário (na ordem e no mister) e, sobretudo, enquanto fiel seguidor de um modelo de virtudes reconhecido por todos. O contacto com a memória do beato e a possível associação ao seu nome foram bem aproveitados pelo frade, que lhe dedicou uma biografia escrita em seis capítulos, terminada em Goa, e enviada para Lisboa a pedido dos seus irmãos de hábito³³. E, de facto, as duas grandes figuras ligadas ao antigo convento da Graça de Torres Vedras são, ainda hoje, o santo de Lagos e D. frei Aleixo de Meneses, cuja vida foi fixada em episódios historiados executados em painéis de azulejo azul e branco, aplicados nas paredes do claustro restaurado na primeira metade do século XVIII.

Mas esse não seria o único título escrito pela pena do frade. No *Sermão*, frei Gaspar Amorim refere os dotes de prosa, bem como os de orador, de D. frei Aleixo de Meneses. Possuidor de uma educação esmerada, na qual se incluiria a consulta e leitura de inúmeros volumes produzidos pelos clássicos, pelos doutores da Igreja e por autores seus contemporâneos, é fácil entender que esse gosto, aliado a uma noção muito precisa da importância do testemunho, que fez dele um prolixo epistolário, tenha levado o frade a escrever alguns textos, a patrocinar outros, a ser personagem principal noutros e a ver o seu nome inscrito nas dedicatórias de mais ainda.

Assim, segundo Diogo Barbosa Machado, compôs³⁴: *Historia da Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho até o anno de 1400*, que teria ficado manuscrita. Este texto será aquele a que se referem D. Rodrigo da Cunha³⁵, intitulando-o *Defensório de sua Ordem*, e frei António da Purificação³⁶, como *Da Antiguidade da Ordem de Santo Agostinho*, e que andando de mão em mão acabou por ser impresso com o título *Origen de los frayles Ermitaños de la Orden de S. Augustin, y su verdadera institucion antes del gran Concilio Lateranense* (em Salamanca por Antónia Ramires, viúva, no ano de 1618, e pouco mais tarde traduzido para italiano); uma *Vidas de Religiosos modernos que na Religião de Santo Agostinho da Provincia de Portugal floreceraõ em virtudes, e vida religiosa*, também manuscrita; uma *Vida do Veneravel Padre Fr. Thome de Jesus, Religioso da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho da Provincia de Portugal*, impressa em Saragoça por Juan de Lanaya em 1624 e que está no princípio do volume intitulado *Trabalhos de*

³³ A versão definitiva está publicada em D. frei Aleixo de MENESES, *Treslado da portentosa vida de São Gonçalo de Lagos*, coment. Joaquim Alberto Iria Júnior, Lagos, [s.n.], 1964, e em Carlos ALONSO, «Vida del beato Gonzalo de Lagos por Alejo de Meneses, OSA, arzobispo de Goa», *Archivo Agustiniano*, n.º 72, 1988, pp. 275-298.

³⁴ Referências retiradas de D. B. MACHADO, op. cit., Vol. I, pp. 90-92.

³⁵ R. CUNHA, op. cit., Vol. 2, p. 447.

³⁶ A. PURIFICAÇÃO, op. cit., Vol. I, p. 20.

Jesus (traduzido para italiano, em 1644 por Ludovico Grignani, e para latim, por frei Maurício da Madre de Deus); uma *Vida da Veneravel Beatris Vaz de Oliveira Religiosa Agostinha*, manuscrito que, segundo Barbosa Machado, «viu na Livraria do Eminentíssimo Cardeal de Souza o Padre Francisco da Cruz»³⁷; o *Synodo diocesano da Igreja e Bispado de Angamale dos antigos christãos de Sam Thome das serras do Malauar das partes da India Oriental. Celebrado pello... Senhor Dom Frey Aleixo Menezes Arcebispo Metropolitano de Goa... aos 20. dias do mes de Junho da era de 1599... no lugar, & reyno do Diamper*, impresso em Coimbra por Diogo Gomes Loureiro em 1606, junto com a *Jornada do Arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Menezes Primaz da India Oriental, religioso da ordem de S. Agostinho (...)* de frei António Gouveia. Esta, traduzida para francês três anos depois, foi editada simultaneamente em Antuérpia e Bruxelas com o título *Histoire orientale des grans progres de l' Eglise Cathol. Apost. & Rom. en la reduction des anciens Chrestiens, dit de S. Thomas, de plusieurs autres schismatiques & heretiques a l' union de la vraye Eglise. Conversion encor des Mahometains, Mores et Payens. Par les bons devoirs du R. me & Illustr. me S.r Don Alexis de Meneses, de l' Ordre des Eremites de S. Augustin, Archevesque de Goa, & Primat de tout l'Orient. Composée en langue Portugaise par le R.P.F. Antoine Govea, & puis mise en Espagnol par venerable P.F. François Muñoz, & tournée en François par F. Jean Baptiste de Glen*. Já no século XVIII, foi vertida para latim (J. F. Raulin, *Historia Ecclesiae Malabaricae cum Diam peritana Synodo apud Indos Nestorianos, S. Thomae... coacta ab Alexio de Menezes...*, Roma, 1745) e, no século XVII, para inglês (*The history of the Church of Malabar, from the time of its being first discover'd by the portuguezes in the year... 1501... with the Synod of Diamper, celebrated in the year... 1599...*, traduzido por Michael Geddes e impresso em Londres na casa de Sam, Smith and Benj, em 1694). São dele ainda a *Missa de que usão os antigos Christãos de São Thome do Bispado de Angamale das Serras do Malavar da India Oriental purgada dos erros, e blasfémias Nestorianas de que estava cheya pello Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Fr. Aleixo de Menezes Arcebispo de Goa Primaz da India, quando foy a reduzir esta Christandade à obediência da Santa Igreja Romana, que acompanha o título anterior; Cathecismo para instrução dos Christãos de São Thome*, mencionado por frei António Gouveia na *Relaçam em que se tratam as guerras e grandes victorias que alcançou o grãde rey da Persia Xá Abbas do grão turco Mahometto* (Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1611); e as *Constituições para as Religiosas do Convento de Santa Mónica*. Além destas obras, há ainda a referir o manuscrito do *Treslado da portentosa vida de São Gonçalo de Lagos*, que vimos atrás e que se manteve inédito durante tanto tempo que escapou a Barbosa Machado.

Nos dois biénios que se seguiram à estada em Torres Vedras, 1590-2 e 1592-4, e até à nomeação para Goa, D. frei Aleixo foi responsável pelas

³⁷ D. B. MACHADO, op. cit., Vol. I, p. 91.

Graças de Santarém e de Lisboa. Também sobre esses priorados dispomos de muito pouca informação. As falhas e omissões documentais e analíticas são comuns na história dos agostinhos em Portugal, uma vez que, para além das vicissitudes do tempo, da extinção das ordens religiosas em 1834 ou da saída da ordem do País, parece ter havido pouco cuidado na forma como a própria instituição preservou os seus registos³⁸. São os seus cronistas que o afirmam. Por exemplo, disso se queixa frei António da Purificação, numa alusão que faz a D. frei Aleixo, homem que cultivava e conhecia a importância da memória:

Depois por indústria do nosso Reverendíssimo Arcebispo Primaz Dom Fr. Aleixo de Menezes, sendo vice-rei deste reino se tornou a dar varejo nestes cartórios: e se lhe apresentaram muitos papéis, de que aproveitou para um tratado, que fez da antiguidade da nossa Ordem. E também este tratado senão imprimiu, pelas muitas, e grandes ocupações de seu autor³⁹.

E a dispersão da atenção no que à preservação da memória da ordem diz respeito faz com que pouco se saiba, também, do Convento de Santarém, destruído há muito. A Igreja da Graça, que sobreviveu à voragem do tempo e é um importante panteão familiar, foi fundada na Idade Média, bem antes do período de vida de Aleixo, e foi sendo preservada tendo em conta a sua matriz gótica.

O patrocínio aos gracianos de Lisboa

Quanto ao Convento da Graça de Lisboa, um dos mais importantes da cidade e que ocupa ainda hoje o topo de uma das suas colinas, foi fundado logo na época da reconquista cristã e sofreu várias campanhas de obras ao longo dos séculos. Uma delas, datada da segunda metade do século XVI, promovida pelo vigário-geral frei Luís de Montóia (campanha da qual resta apenas o claustro), terá sido a mais próxima do priorado de D. frei Aleixo. Uma história completa da evolução arquitectónica e artística dos gracianos de Lisboa está ainda por fazer e, infelizmente para a história do patrocínio artístico do arcebispo de Goa e Braga, o terramoto de 1755 obrigou a uma reedificação quase total da estrutura, em obras dirigidas pelos arquitectos Caetano Tomás de Sousa e Manuel Caetano de Sousa.

Segundo o biógrafo de Meneses, o padre Carlos Alonso, D. frei Aleixo terá deixado planos para iniciar uma série de obras no convento⁴⁰; não menciona, contudo, o local de onde retirou essa informação, pelo que só uma atenção mais extensa e cuidada das fontes poderá corroborá-la. Que D. frei Aleixo tinha uma particular ligação à Graça de Lisboa, não é novi-

³⁸ Ver P. C. SILVA, op. cit., pp. 13-14.

³⁹ A. PURIFICAÇÃO, op. cit., Vol. I, p. 20.

⁴⁰ C. ALONSO, op. cit., p. 18.

dade. Afinal, nem na Índia se esquecera da casa «em que fora criado» e ofereceu-lhe alguns dos mais notáveis «tesouros indianos» que possuía. Destes fazia parte o afamado cofre de cristal veneziano, o maior dos exemplares conhecidos⁴¹, que fora presente da Sereníssima República ao rei de Ormuz e que este oferecera a D. frei Aleixo de Meneses (hoje no Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, n.º inv. 576 Our).

No *certificado*⁴² que escreveu em Goa no dia 30 de Outubro de 1609 (e que atesta que o cofre foi embarcado nas naus da torna-viagem na monção de 1610, o que corrobora a informação contida na placa⁴³ que se encontrava por detrás do sacrário e da qual frei António da Purificação nos dá conhecimento), o arcebispo-primaz⁴⁴ declara que o rei de Ormuz lho «mandaua para Sacrario do mosteiro de nossa Senhora da Graça de Lixboa» e que assim o fazia por saber que Meneses não aceitaria qualquer presente a título pessoal.

⁴¹ Ainda que não muito extensa, a fortuna crítica do cofre veneziano é antiga. Foi referido pela primeira vez em 1635 por R. CUNHA, op. cit., p. 447; seguiu-se-lhe, em 1656, frei António da Purificação (ver nota 43); o P.º António Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa, e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal...*, Lisboa, Officina Real Deslandesiana, 1712, Vol. III, pp. 357-358, e por fim, em 1720, em frei Agostinho de Santa MARIA, *Santuário Mariano, e Historia das Image[n]s milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente apparecidas, em graça dos Prêgadores, & dos devotos da mesma Senhora...*, Lisboa, Officina de Antonio Pedrozo Galvão, 1720, Tomo VIII, pp. 168-170. Foi pela primeira vez analisado criticamente por Sousa Viterbo na sequência da exposição de arte ornamental de 1882. Ver, Sousa VITERBO, *A exposição d'arte ornamental. Notas ao catálogo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 11-14. Ver, ainda, Leonor d'OREY, «Os tesouros indianos do Convento do Carmo da Vidigueira e da Graça em Lisboa», in Nuno Vassallo e Silva (coord. cient.), *A Herança de Rauluchantin*, Lisboa, Museu de S. Roque, 1996, pp. 157-169 (165-166); Pedro DIAS, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço do Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 312; Nuno Vassallo e SILVA, *A Ourivesaria entre Portugal e a Índia do Século XVI ao Século XVIII*, Lisboa, Santander Totta, 2008, pp. 242-243 (que apresenta documentação inédita); Leonor d'OREY e Conceição Borges de SOUSA, «36 – Cofre», in Jay A. Levenson et al. (coord. cient.), *Portugal e o Mundo nos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação/Museu Nacional de Arte Antiga, 2009, pp. 88-89.

⁴² Avelino Jesus da COSTA, *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas. Estampas*, 6.ª ed., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997, n.º 252. A transcrição da reprodução fotográfica do documento da Direcção-Geral dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa [DGA-TT], *Colecção Especial*, parte I, cx. 72, doc. s. n.º, foi executada pela Dr.ª Maria João Vilhena de Carvalho, a quem agradeço a generosidade. Na documentação manuscrita, optei por manter a grafia original e desenvolver as palavras assinalando-as a itálico.

⁴³ «Manna Abscondito Fidei Arcano Penitissimo Tremendo, Adorando, Humanae Salutis Pignori Asservando. S. Frater Alexius de Menezes huius Conuentus humilis alumnus, & Prior; Archiepiscopus Bracharensis, Hispaniae, & Indiae Primas, Portugaliae Prorox, supremi Consilij Praeses. D. Anno. MDCXV.» Quer dizer: «Arca consagrada para se guardar nela o Maná escondido, o segredo da nossa Fé, profundíssimo, o penhor de nossa salvação tremendo, e adorando: dedicado por Fr. Aleixo de Menezes, humilde filho & Prior, que foi deste Convento, Arcebispo de Braga Primaz de Espanha, e da Índia, Vice-rei de Portugal, e presidente do supremo Conselho do mesmo reino no ano de 1615.» Frei António da PURIFICAÇÃO, *Chronica da Antiquissima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho & Hipponia, & Principal Doutor da Igreja*, Lisboa, Officina Domingos Lopes Rosa, 1656, Vol. II, pp. 114-114v.

⁴⁴ O título de «primaz da Índia» foi atribuído a D. frei Aleixo de Meneses no ano de 1606, durante a celebração do 5.º concílio provincial de Goa. Ver Miguel Vicente d'ABREU, *Real Mosteiro de Santa Mónica de Goa. Memoria histórica*, Nova-Goa, Imprensa Nacional, 1882, p. xv.

Frei Aleixo terá vivido de acordo com uma imperturbável moral pública, que se coadunava com os votos de pobreza que jurou quando tomou hábito. Mas esta aparentemente tão peremptória suposição tem, todavia, subtilezas que não escaparam ao crivo do tempo. Há dois aspectos fundamentais a ter em conta para compreender a oferta do cofre de cristal: por um lado, o xadrez político da altura, por outro, o ajuizar dos factos coevos feito pelo próprio prelado, sujeito a uma estrutura mental que não nos cabe aqui julgar anacronicamente, mas que reflecte um zelo excessivamente proselitista e uma inequívoca incapacidade, ou liberalidade, na interpretação de alguns acontecimentos, que justificam, por exemplo, as dificuldades de avaliação das acções do xá da Pérsia a que as vontades dos agostinhos estiveram sujeitas.

Analisemos, então, ambas as questões.

Nos primeiros anos do século XVII, o arcebispo de Goa retomou uma série de contactos com a Pérsia, que a ordem agostinha via «como sua» no que à evangelização do território sob a alçada do Padroado português dizia respeito. Ao mesmo tempo que se empenhava na vasta visita pastoral aos territórios a norte da diocese (em 1597) e preparava as missões diplomáticas agostinhas à Pérsia, Meneses fez uma paragem em Ormuz – ponto estratégico para o domínio português do golfo Pérsico e local de ancoragem das naus que levavam os frades-diplomatas agostinhos antes das deslocações por terra –, onde exerceu o seu múnus apostólico e mandou arrasar uma série de mesquitas. Mandou também que se construísse um convento agostinho:

e assi fiz mandar Prior porque detreminando lhe a jgreia que alhy tenho porque tem muito bom ordenado, e he rendosa com que se poderão sustentar os frades escreuo ao Clerigo que está nella a large e dey huã prouisaõ ao padre frej Hieronimo dos Reis que uay la por vigairo e prior que em qualquer caso que o Vigairo da Jgreia se viesse, ou fallecesse, elle ou qualquer outro que estiuessse por Prior do Conuento fosse vigairo da Jgreia⁴⁵.

Ormuz, situado numa encruzilhada de interesses geográfico-políticos, sofria as consequências das violentas querelas pelo poder dos reis Habsburgos, das cortes europeias (nomeadamente, Roma e Inglaterra), dos Turcos otomanos e do xá da Pérsia, cuja política expansionista ameaçava os reinos fronteiriços.

⁴⁵ Arquivo Distrital de Braga [ADB], *Gaveta das Cartas*, n.º 327. A transcrição completa deste importante documento, da responsabilidade da Dr.ª Maria João Vilhena de Carvalho, foi-me fornecida pelas Dr.ª Celina Bastos e Dr.ª Maria João Vilhena de Carvalho, a quem agradeço a generosidade. O documento vem descrito em Maria da Assunção Jácome de VASCONCELOS, *Inventário da Gaveta das Cartas* (documento policopiado), Braga, Arquivo Distrital de Braga, 1985, p. 70. Este documento, e designadamente a referência à encomenda de «alcatifas de Cambaia» por D. frei Aleixo de Meneses, foi já utilizado por Celina BASTOS, «“Da utilidade do tapete”: objecto e imagem», in Jessica Hallett e Teresa Pacheco Pereira (coord.), *O tapete oriental em Portugal. Tapete e pintura, séculos XV-XVIII*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação/Museu Nacional de Arte Antiga, 2007, pp. 151-160 (154). Ver nota 57 deste artigo.

O prelado bem o sabia e nos poucos anos que decorreram entre o alvor do século e a emissão do *certificado* que atrás mencionámos, muito se havia alterado no xadrez político em torno do Golfo. Já na carta datada de 23 de Dezembro de 1602⁴⁶ que enviara a D. frei Agostinho de Jesus em Braga, Meneses relatava uma série de acontecimentos que davam a saber ao tio que, ao contrário do que até então acontecia, o xá safávida alterava aparentemente a sua relação de poder com os Portugueses, fazendo guerra em Ormuz, tomando Barém e sitiando Camorim. Por outro lado, em altura do envio do cofre de Ormuz para Goa, o arcebispo era também governador da cidade e do Estado da Índia e é natural que o rei a quem o religioso chamava «mouro» quisesse obsequiar o político e não o religioso, para assim conseguir apoio na guerra que tinha à porta.

De facto, há uma subtil diferença entre o que ia escrito no *certificado*,

por ter entendido [o rei de Ormuz] que eu não aceitaria delle cousa algũa pera mim (...) E eu deseiei e pretendi torna llo por não auer aceitado cousa algũa neste estado, mas uendo o teor da Carta e a dadiua ser ao mosteiro e não a mim posto que por meu intuito e consultado o negocio ui que o não podia fazer nem tornar ao mouro o que elle uoluntariamente oferecia ao culto diuino,

e o que constava da «carta que esta em poder do padre procurador geral da prouinça de Portugal nestas partes da India»⁴⁷:

em Ormuz hauia hum caixão de christal *que* me gabauaõ muito para este intento, tinha o Rey passado de Ormuz em grande estima, de modo *que* mandando eu por vezes comprar com todo o dinheiro o não quis vender. Este *que* agora aleuantaraõ por Rey por morte do Jrmaõ em agradecimento dos muitos beneficios *que* lhe fis, e de lhe acudir a injustiças *que* lhe queriaõ fazer, mo mandou a tempo *que* invernou no norte e chegou aqui no principio do veraõ, tempo *que* não hauia para lhe fazer os concertos *que* dezejaua; estiuue para lho tornar a mandar porque ha quinze annos *que* estou na India, e athe gora não aceitei couza alguã de Rey, ou particular, offerecendo sse me neste discurso de annos muitas de grande preço e por extremo fermozas, e alguãs *que* passauaõ valia de quatro, seis, e des mil cruzados. mas uendo a carta deste Rey tiue escrúpulo, porque elle sabendo *que* lhe não hauia de aceitar couza alguã, como tinha feito a seu jrmaõ, e a outros muitos *que* elle sabia, precatou se e dis me na carta, cujo treslado mandará a VV. PP. o padre fr. Andre Baptista, *que* sabendo *que* eu não aceitaua couza alguã, e *que* eu me criara no mosteiro de Nossa Senhora da Graça de Lixboa manda aquelle caixão para sacrario daquelle mosteiro e ao mesmo mosteiro e posto *que* a rezaõ de o mandar foi por amor de mim e se não fora isso não o mandara, com tudo a dadiua, e offerta he feita a esse mosteiro e posto *que* eu pudera fazer delle o *que* quizeria do *que* o Rey leuara muito gosto, com tudo assim como está he mais do mosteiro *que* meu,

⁴⁶ Bernardino José de Senna FREITAS, *Memorias de Braga...*, Braga, Imprensa Catholica, 1890, Vol. III, pp. 54-66.

⁴⁷ Ambas as citações em A. J. COSTA, op. cit., n.º 252. Transcrição da Dr.ª Maria João Vilhena de Carvalho.

e tiue escrúpulo de o *que* o Rey offrecia ao *Santissimo* Sacramento para nelle estar guardado, torna lo a mandar para se meterem nelle cousas profanas, brincos e toucas de mouros: o mouro cuida *que* me mandou a maior peça do mundo pola estima em *que* os Reys o tinhaõ, e o muito *que* o Xá da Persia fes por elle; e o Mogor agora por via de hum mercador seu me prometia por elle tudo o *que* eu quizesse, e dera me muito com *que* esse convento ficara bem mais aproveitado, e fazendo / hum sacrario riquíssimo, e fermosissimo; mas receei assim o aggrauo do Rey de Ormus como as lingoas da India *que* eu seguro, *que* vaõ lá mil cartas *que* digaõ *que* o Rey me mandou peça de soma de mil cruzados polo confirmar no Reyno, como elle deu ao Capitaõ e a outros, *que* naõ era pequena parte para enfadado de outras mentiras lhe tornar o seu caixaõ⁴⁸.

Ou seja, D. frei Aleixo há muito que cobiçava o cofre (não dizendo para que o queria, então). Quando o tentara comprar, «com todo o dinheiro» (e não obstante estar constantemente a alegar a sua pobreza), o rei defunto não o quisera vender e, agora, o irmão desse, em pagamento pela ajuda que recebera do governador na resolução de problemas com o poderoso vizinho safávida (e que, enquanto político, Meneses bem entendia, ou não estivesse a apresentar com os «agravos» e as «línguas da Índia» uma justificação outra para não devolver o cofre), oferecia-lhe o desejado cofre.

Os presentes diplomáticos implicavam sempre, então como agora, reciprocidade, e a melhor maneira de obter os resultados desejados era assegurar o interesse do presenteado, escolhendo criteriosamente os objectos ofertados.

A argúcia do prelado-governador, que certamente ficara feliz com o presente, levou-o a desdenhar o que antes cobiçara,

⁴⁸ ADB, *Gaveta das Cartas*, n.º 380. Trata-se do trelado de um original que se perdeu. Este documento, transcrito pela Dr.^a Maria João Vilhena de Carvalho, foi-me fornecido pelas Dr.^{as} Celina Bastos e Dr.^a Maria João Vilhena de Carvalho, a quem agradeço a generosidade. Descrito em M. A. J. VASCONCELOS, op. cit., p. 81. Esta e as próximas citações, salvo indicação contrária, são retiradas do mesmo trelado. O documento, que ainda hoje se guarda no Arquivo Distrital de Braga, serviu no princípio do século XVIII a frei Agostinho de Santa Maria para a resenha que escreveu no tomo VIII do seu *Santuário Mariano*, quando referiu as peças oferecidas pelo arcebispo goês ao Convento da Graça de Lisboa (ver notas 41 e 51 deste artigo). Como era hábito nessa altura, o religioso não refere onde leu a carta e, sobretudo, usou-a a seu contento. Ou seja, sendo fiel ao que nela vinha escrito, transcreveu o que lhe interessava, acrescentou de sua lavra algumas palavras (que, não obstante, não alteram o conteúdo da missiva), cortou o que não achou importante para o texto que escrevia, alterou a pontuação; em suma, condicionou as leituras futuras às suas opções heurísticas e interpretativas. Ora, ao contrário do que acontece noutros casos (a maioria, talvez), este documento ainda existe para leitura dos mais avisados no arquivo atrás mencionado. Refira-se que é uma carta que contém informação preciosa para uma série de assuntos relacionados com a vida de D. frei Aleixo de Meneses em Goa e com a presença dos agostinhos na Índia e que, a mero título de exemplo, transcrita, ocupa 15 páginas A4. Recorro, por isso, e sem hesitação (acresce que neste excerto em particular há expressões que constam no original de Braga que não estão na leitura do frade agostinho), à transcrição que, seguindo os parâmetros de leitura paleográfica actual, me foi generosamente facultada.

em espicial, que *quando* o ui, inde *que* he *muito* fermozo, me pareceo *muito* menos do *que* me diziaõ, e não *muito* riquo, e menos das noue partes da valia em *que* o punhaõ; porque alguãs couzas *que* diziaõ ser de prata achei serem de paó, e outras imperfeitos, que lhe eu pudera concertar se ouvera o tempo. Com tudo no *que* he christal he fermosissimo, e mui accomodado *para* ter dentro huã custodia baixa, e apparecer por fora o Divinissimo Sacramento assim como o mandaraõ vai,

ainda que através do cofre conseguisse concretizar um desejo que afirmava na mesma carta: «des *que* soube *que* estaua concertada a capelinha do Santíssimo Sacramento [do convento dos agostinhos de Lisboa] trago grandes ancias de fazer hum sacrário bom».

O cofre lá foi enviado para a Graça, na monção de 1610, a bordo da nau *Nossa Senhora da Penha de França*⁴⁹, e acolhido com admiração. Mais tarde, e para conferir a dignidade equivalente a tal jóia, D. frei António Botado mandou construir uma impressionante estrutura com dois anjos que seguravam nas mãos o cofre de cristal⁵⁰.

Junto com o cofre de cristal, o arcebispo enviava

outro [cofre] pequeno preto de obra do Japam muito lindo aquelle modo, que procurei hauer a mão por me parecer muito bonito *para* se leuar nelle o Santissimo Sacramento sesta *feira* de endoenças na procissão derradeira, e estar assim no *segundo* sepulchro ou como lá parecer. Se não servir disto servirá de guardar alguas relíquias, não he couza de porte, mas tudo o *que* vejo dezejo de furtar *para* essa caza.

E, ainda, «alguãs outras couzinhas me ficaraõ imperfeitas, como huã cruz de paó de S. Thomé, *que* tinha mandado guarnecer com huã relíquia da Lança com *que* foi morto, *que* ouue, e outras curiosidades *que* não sei se poderei acabar». Estes dois objectos, talvez pela sua menor espectacularidade, não mereceram o registo cronístico do cofre, que já vimos, e da cruz, que a seguir abordarei. Mas estes são dados documentais da maior impor-

⁴⁹ Conforme se pode comprovar quer na carta de D. frei Aleixo de 24 de Dezembro de 1609, já citada – «A cruz vai entregue ao Piloto da naõ Penha de Franca *que* escolhi *para* a mandar nella por ser titulo de caza nossa, e de *Nossa Senhora* a quem dediquei a mesma Cruz, e uai dentro no caixaõ dirigida a Joaõ Ximenes, Jrmaõ de Rui Lopez Perete *que* ma auiou, e de hum frade nosso, *que* pola diligencia *que* seu Jrmaõ qua teue nisto, por ser couza desse Convento e pola amizade *que* com ele tenho o encomendo a VV. PP. a Cruz vai ia benta por mim com benção solemne. Deus a leue a saluamento *para* servir nesse convento como dezejo» –, quer na «Consulta do Conselho da Fazenda sobre uma cruz de prata dourada e ouro, guarnecida de pedras que veiu [sic] da Índia para o Mosteiro de Senhora da Graça, de Lisboa», publicada em *Documentos para a História da Arte em Portugal. Arquivo Histórico Ultramarino (documentos dos séculos XVI a XIX)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1976, Vol. 15, p. 47.

⁵⁰ «Está assentado nas mãos de dois grandes anjos dentro de uma capelinha cujo portal emboca no meio do retábulo da capela-mor, para a qual se sobe por duas escadas de jaspe de 21 degraus cada uma, cuja serventia fica detrás do altar-mor, que para este fim está afastado do retábulo por espaço de dez palmos», A. PURIFICAÇÃO, op. cit., Vol. II, p. 113v. Ver, ainda, N. V. SILVA, op. cit., p. 242.

tância. Revelam o eclectismo do gosto e a profusão babélica de objectos que passavam pela cidade de Goa enquanto plataforma de consumo e distribuição de arte. Pedras preciosas indianas, lacas japonesas, porcelanas e sedas chinesas, tapetes persas, móveis guzerates, prata e ouro em filigrana goesa conviviam nas casas, nos bazares, nos porões das naus cheias até ao convés da torna-viagem.

A cruz de São Tomé atesta ainda o impulso que Trento dera à reactivação do culto das relíquias (Concílio de Trento, *Decreto sobre a invocação, a veneração e as relíquias dos santos e sobre as imagens sagradas*, 3 de Dezembro de 1563) e, em particular, neste pedaço de lança do martírio, a síntese de todo o programa evangélico de D. frei Aleixo e em tempos, da Coroa portuguesa: a procura (ou restituição à verdadeira fé) de cristãos em território indiano outrora, acreditavam, encabeçado pelo santo descrente.

Aos graciosos de Lisboa o arcebispo ofereceu, ainda, uma esplendorosa cruz em prata dourada, que enviou com os anteriores presentes:

uma formosíssima Cruz de prata dourada, toda guarnecida de alto a baixo, de fina pedraria aonde então alguns diamantes, muitas esmeraldas, e outras pedras superiores engastadas em ouro puro. Tem esta Cruz de comprido do alto até o pé inclusivamente, sete palmos; e os braços com proporção a este comprimentos; o pé dela é de figura ovada [oitavada] cercada ao redor de 8 colunas, debaixo de cujos pedestais ficam penduradas 8 campainhas, em cada uma das quais estão embutidas 44 finas pedras. E por aqui poderá o Leitor julgar, quantas mais haverá em cada coluna, e pelo conseguinte quão grande seja a multidão de todas elas, pois igualmente está coberta de pedraria de alto a baixo. E assim quando sai fora (que é somente na procissão de *Corpus Christi*, e na nossa que fazemos da Ressurreição) se o sol a fere, cega a vista dos que levam os olhos nela⁵¹

Em carta de 24 de Dezembro de 1609 narravam-se os interessantes pormenores à volta da encomenda e execução da cruz de D. frei Aleixo de Meneses:

Do *que* mais ouue dos ordenados de Governador, de *que* sahi com as mesmas diuidas com *que* entrei, fis essa cruz, *que* mando para esse convento de Lixboa em *que* me criei, parece quá *muito* fermoza, folgara de lá parecer tal; a gente deste estado como em tudo falla no ar fes grandes estrondos desta cruz pondo a em sesenta, ou setenta mil cruzados, sendo assim *que* a mim me não custou mais *que* pouco mais de seis mil; he bem verdade *que* a qualquer outra pessoa lhe custara mais; porque eu como trazia este intento, ouue de diuersas partes partidas de pedras por mui pouco dinheiro por serem todas baixas, mas ninhuã hé falsa. O custo todo foi o laura las, o ouro, *que* qua chamaõ de condena, em *que* vão encastoadas, o feitio, e a prata. Procurei *muito* *que* pezasse pouco para se leuar bem, não pude alcansar o *que* dezejaua, mas inda cuidou

⁵¹ A. PURIFICAÇÃO, op. cit., Vol. II, p. 114v, e A. S. MARIA, op. cit., pp. 167-168. Ver, ainda, R. CUNHA, op. cit., p. 447, e Nuno Vassallo e SILVA, «Tesouros da “Terra de Promissam”. A ourivesaria entre Portugal e a Índia», *Oceanos*, n.º 19/20, Set.-Dez. 1994, pp. 88-100 (92).

que se leuará. Os lapidarios de qua, e pessoas *que* entendem dizem *que* valerá lá des, ou onze, ou doze mil cruzados; temo *que* mais peccados sejaõ cauza de se *Deus* e *Nossa Senhora* a quem a dediquei, não quererem servir della, façase sua *santa* vontade. Se lá chegar peço a VV. PP. me mandem cantar huã missa a *Nossa Senhora* e dizer noue rezadas a mesma *Senhora* por minha alma. Dezejei muito ter mais *que* mandar, mas a muita necessidade, e pobreza das pessoas desta terra, e querer/deixar nella tudo o *que* della tiue, e edificações destes mosteiros me não deraõ mais lugar alguas pedras vaõ de preço, mas poucas. E declaro *que* a minha tenção he *que* nunca se venda, nem troque, nem se tire della pedra alguã para qualquer necessidade *que* for, mas *que* fique servindo nesse Convento para sempre. E isto mandei VV. PP. por no liuro da *Sachristia*. Quizera a levar comigo, mas como não sei o quanto será de mim, melhor he *que* chegue ella se eu não chegar, ou esteja ia lá se for. Dezejei de lhe fazer outro pée para estar no altar, e tenho pedras para isso, mas parte por occupações *que* me não deixaõ entender em couza alguã, parte pella pobreza em *que* agora estou *que* he a maior em *que* me nunca vi, o não pude fazer, verei este anno se posso. Nem a cruz se acabara se Ruy Lopes Perete Jrmaõ de hũ frade nosso *que* lá ha, não puzera nisso diligencia leuando os officiais para sua caza, tal he a occupação perpetua em *que* uiuo⁵².

Meneses estava permanentemente a lamentar-se pelo dinheiro que não possuía, pelas verbas que lhe não eram pagas, pela pobreza em que vivia. Estes queixumes, ainda que tenham um fundo de razão, uma vez que raramente eram totalmente pagos os rendimentos prometidos, enquadram-se numa retórica de modéstia e abnegação que caracterizava a conduta moral e os valores éticos do frade. Não impedem o patrocínio de obras de arte, o favorecimento de clientelas, a prática de obras pias, a troca de presentes. Uma coisa era a corrupção e o alardear da riqueza, outra era, agindo como «filho com Pais», manter uma conduta virtuosa, modesta e prudente.

Repare-se, por fim, num pormenor da maior importância. D. frei Aleixo juntava uma sólida formação cultural e, provavelmente, académica, a uma curiosidade e consumo de objectos de luxo e de arte e ao domínio dos mercados, práticas e ofícios do seu tempo. Era um mecenas ilustrado que sabia o que queria, como o obter e a quem o destinar.

Os patrocínios goeses

O patrocínio à ordem agostinha esteve intimamente ligado à política de mecenato de D. frei Aleixo de Meneses, fosse em Portugal fosse na Índia, mas manifestou-se sobremaneira em Goa.

Lembremos a este propósito a expressão «estilo D. Aleixo de Meneses»⁵³, que Rafael Moreira intuiu como um «gosto ou uma moda» que caracterizava

⁵² ADB, *Gaveta das Cartas*, n.º 380 (ver nota 48 deste artigo). As citações seguintes são retiradas, salvo indicação em contrário, deste documento.

⁵³ Rafael MOREIRA, «From Manueline to Renaissance in Portuguese India», *Mare Liberum*, n.º 9, 1995, pp. 401-407.

a qualidade decorativa e a erudição classicista do conjunto de obras arquitectónicas patrocinadas por esse prelado.

Não há dúvida de que Meneses foi grande construtor e dotador dos conventos graciosos na Índia. Nas suas palavras:

mas somos poucos, e estamos espalhados em muitas partes porque só depois que eu vim se tomarão oito conventos e a todos remediei o necessário, e assim são por todos quinze, que não eram tantos nessa província, quando eu nella tomei o habito, e o convento e collegio desta Cidade são das melhores cazas que ha nella, e o noviciado o melhor que eu vi na ordem, e posto que me custou seis mil pardaos, dera outros tantos só pelo ver no estado em que está.

O Convento da Graça de Goa remontava a 1572, erguido logo aquando da instalação dos agostinhos na Índia pelo primeiro provincial na cidade, frei António da Paixão, sendo consecutivamente aumentado e refeito. Foi novamente consagrado por D. frei Aleixo de Meneses a 9 de Setembro de 1597. Situado no planalto do Monte Santo, fora lá que o frade mandara ainda erguer um colégio e o primeiro e único mosteiro feminino português de toda a Ásia, o célebre Convento de Santa Mónica:

quando vim a esta terra achei hum mosteiro Nosso bem pobre, e pequeno, e quasi todo por fazer, agora está o melhor da terra, e capaz de nouenta, ou cem homens, e hum Collegio que se vai acabando, que poderá ter 40 e excellentissimo, e tres cazas de recolhimento de mulheres, com o que acabei tudo o que pude da religião, e por ventura que com elles a vida taõbem.

Segundo as palavras (e apreciações estéticas) novecentistas do P.^e Gabriel Saldanha, a igreja do majestoso convento agostinho tinha

da porta principal até ao cruzeiro (...) 17 ½ braças de comprido e 7½ de largura. O cruzeiro tinha de largo 3 ½ braças e 13 ½ de comprido. A sua fachada, iluminada pelo sol nascente, era decorada com formosas colunas e diversos ornatos de granito e flanqueada por duas gigantescas torres, onde se viam suspensos enormes sinos, (...). Tinha única nave, primorosamente abobadada, e o coro em estilo gótico⁵⁴.

Já na carta seiscentista, o prelado dava conta de ter mandado fazer:

a galaria (...) do Collegio para o Convento que por estremo está fermoza dezejo acrescentar para dar melhor serviço; agora depois que fis o nouiciadoi em outra parte, que por rezaõ delle senaõ fes mais comprido, tinha ia consignado dinheiro para isto, e inda se deue hum pedaço, e para fazer a enfermaria, que

⁵⁴ P.^e M. J. Gabriel de SALDANHA, *História de Goa (Política e Arqueológica)*. *História Arqueológica*, New Delhi/Madras, Asian Educational Services, 1990, Vol. II, pp. 87-88 [1.^a ed., Nova Goa, Casa Editora Livraria Coelho, 1926].

ha parte das officinas della debaixo do *que* se ha de acrescentar da galaria, me sobreuieraõ tantas necessidades *que* senaõ pode começar a obra mas ainda pretendo faze lo para ficarem o mosteiro e Collegio perfeitos,

engrandecendo a obra e tornando o anterior convento um complexo agostinho capaz de responder às necessidades da missionação, da assistência e do ensino⁵⁵.

A missiva escrita ao provincial dos agostinhos em Portugal fornece-nos mais informações adicionais, num cunho pessoal e revelador da encomenda em benefício da ordem e, também, das preocupações de D. frei Aleixo. Por essa altura, o colégio que o arcebispo-primaz mandara erguer já se encontrava em funcionamento e «crece[ra] em letras, e em pregação», afinal a sua principal função enquanto instrumento da campanha de evangelização e missionação sob a égide do Padroado. Os agostinhos, tal como as outras ordens presentes na Ásia, não queriam perder terreno face à bem estruturada e eficaz máquina jesuíta, como aliás, confirmam as palavras do autor: «com *que* os Prelados que vierem as daraõ a outras religiois, e aos padres da Companhia *que* tanto as dezejaõ».

A carta segue como que fazendo um relatório dos quinze anos de actividades de D. frei Aleixo em prol dos seus irmãos na religião, devido ao pedido, finalmente aceite, de renúncia à cadeira de Goa. Nas palavras do frade,

os Mosteiros todos tem o necessario, sustentão com muita largeza os frades *que* tem, e fazem suas obras com *que* todos se vão acabando em perfeição, e todos pedem frades, e puderão ter outros tantos dos *que* tem se os ouera, e mais fazer obras. e athe o Convento de Goa pudera ter mais vinte frades, como ia tem, mas somos poucos, e estamos espalhados em muitas partes porque só dipois *que* eu vim se tomarão oito conventos e a todos remediei o necessário, e assim são por todos quinze, *que* não erão tantos nessa província, quando eu nella tomei o habito, e o convento e collegio desta Cidade são das melhores cazas *que* ha nella, e o noviciado o melhor que eu vi na ordem, e posto que me custou seis mil pardaos, dera outros tantos só pelo ver no estado em *que* está.

O prelado pintava um quadro demasiado colorido e alegre ao provincial. É certo que o seu afã construtivo fora muito, que conseguira verbas para as avultadas obras com engenho e muitas vezes custo pessoal, que as edificações dos agostinhos em Goa eram das mais deslumbrantes e majestosas da cidade e que o arcebispo lançara onde pudera pedra para construção de mais conventos, mas a realidade era algo diferente. Por essa altura, os cofres estavam exauridos pelas guerras contra os Holandeses, o senado e o vice-rei queixavam-se amargamente da falta de apoio do reino, Madrid colocava muitas reticências à instalação de novos conventos na Ásia e, não

⁵⁵ O convento dos graciosos em Goa foi alvo de uma campanha de escavações arqueológicas entre Setembro de 2003 e Junho de 2004, no âmbito do trabalho de campo para a Prova Final de Licenciatura na Universidade de Coimbra do arquitecto Sidh Mendiratta, intitulada *Memórias de um levantamento. O convento dos Agostinhos de Velha Goa*.

obstante as boas intenções de Meneses no que à preferência para os frades de Santo Agostinho dizia respeito, a Ordem dispunha de um número reduzido de membros que possibilitasse a formação de vastos contingentes missionários.

Mais adiante na carta era o próprio que se queixava:

estas empresas, e tudo o *que* quá ha na Índia tem *necessidade* de gente, e essa escolhida, *porque* se tal não for, servirão mais de deshonra da Christandade, e da ordem, *que* de proveito para isto nos / ajudaõ VV. PP. de lá [Portugal] mui mal, *porque* de lá não nos mandaõ gente», acrescentando ainda as muitas razões da dificuldade da missionação, que espelham o mal-estar da vida em Goa: «e a *que* quá ha inquietãon toda com licenças [*sic*], de modo *que* ainda não bem tomaõ o habito, e de lá lhe vem a licença para se irem, com *que* em ves de se criarem com spirito da Conversão, e dezapegamento de si para as missois, criaõ se com andarem negociando quem lhe haja licenças” e não, necessariamente noutras partes do império: “Outros não vão ou não acham comodo, mas não ha ja facanha [*sic*] em empresa nem missaõ senão esperar conjunção para executar sua licença, e se mandaõ hum para Malaca, ou para a China, sahe logo com a licença, e dis *que* se quer ir para as naos, e *quando* a não tem fazem mil traquinadas por não irem *porque* esperaõ por ella.

A missiva seguia com palavras mais duras e um genuíno desprezo pela mundana soberba e pela mediocridade, e logo retomava os temas que lhe eram caros: a instalação do Recolhimento da Serra – «custou me o sitio, e obra *muito* mas sahio a caza por extremo enteira, e bem assombrada» – e do Recolhimento da Madalena, a edificação do Convento de Santa Mónica⁵⁶ e outros assuntos relacionados com a história da ordem, os religiosos que serviam na Índia, as constituições que deixava escritas, etc.

D. frei Aleixo preocupava-se em prover as casas que mandava construir do que fosse necessário. Assim, e a propósito do complexo do Monte Santo, ou seja, do Convento da Graça, da igreja, do colégio e do Convento de Santa Mónica, tinha:

mandado o *senhor* Arcebispo onse alcatifas a Cambaia pera toda a Capella mor *que* viraõ o na *que* vem.

– tem mandado a Cochim credito pera lhe buscar madeira pera huãs portas da Igreja e das portarias, e pera a porta *que* vay da portaria pera a crasta, e da crasta pera a adega.

– tem mandado a China pera se lhe fazer hum ornamento *muito* fresco pera mandar a este conuento dey a este conuento de Goa mil e dusetos pardaos em dous papeis de *dinheiro* bem parado⁵⁷.

⁵⁶ Para a história destes três institutos, ver Carla Alferes PINTO, «Género, mecenato e arte: a criação das *casas de mulheres* em Goa», in Cristiana Bastos (ed.), *Portuguese Literary and Cultural Studies: Parts of Asia*, University of Massachusetts Dartmouth, n.º 17/18, 2010, pp. 51-75.

⁵⁷ ADB, *Gaveta das Cartas*, n.º 327. Transcrição da Dr.ª Maria João Vilhena de Carvalho. Documento sem data e sem local de origem.

Como atrás vimos, D. frei Aleixo tinha um conhecimento vasto e sofisticado das características dos objectos que o mercado de arte tinha para oferecer. Este conhecimento e a documentação revelam-nos um gosto erudito e informado, sabedor dos melhores materiais, técnicas e artesãos a serem empregues nos objectos que comprava para os espaços que patrocinava. O arcebispo usava esse conhecimento, não só por gosto pessoal, mas também para ser bem-sucedido nos seus objectivos. Aquando da jornada ao Malabar para a conversão dos cristãos de São Tomé, fez-se acompanhar dos «ornamentos mais ricos que tinha»⁵⁸, com os quais deslumbrava as populações que por curiosidade ou real interesse se arriscavam a entrar nas igrejas onde celebrava os inflamados ofícios. Presenteou também, ricamente, os senhores das terras locais, fazendo para o efeito uma despesa de 18.000 pardaus em Goa, dos quais dissera ser «os que melhor despendera»⁵⁹.

Meneses também não poupou esforços nem despesas nas embaixadas que enviou à Pérsia. Essas missões diplomáticas tinham por objectivo marcar uma posição política, em detrimento de outras potências europeias, em que estava em jogo a possibilidade de uma aliança com o xá Abbas I que conjugasse interesses comuns contra o poderoso império otomano (que assolava as fronteiras da Europa, a leste, e da Pérsia, a oeste e a norte) e assim, pelo lado dos agostinhos, ganhar uma posição junto do safávida para a obtenção de privilégios religiosos.

Tendo sido matéria de estudo de historiadores de religião, de política, de diplomacia, de economia e de sociedade, estas missões são também, pelo seu carácter cerimonial e protocolar, um repositório de menções e descrições de cultura material e visual de enorme riqueza.

A Coroa portuguesa não era a única a enviar embaixadas a Abbas; muitos outros reinos o faziam e com elas seguiam os presentes que provocavam a admiração e o interesse do soberano. A troca de presentes fazia parte do código de relações entre Estados e senhores, tanto no Ocidente quanto no Oriente, e eram escolhidos pessoalmente pelos representantes máximos (quando a sua cultura e interesses assim o propiciavam, como é o caso).

Centremo-nos, assim, nas três embaixadas – 1602, 1604 e 1608 – que tiveram directa participação de membros dos agostinhos e influência do arcebispo-primaz na escolha quer dos interlocutores quer dos presentes que as constituíam.

Entre os presentes encontravam-se uma «imagem de nossa Senhora» e de «seu filho», «devota e formosa»⁶⁰; «coisas da China douradas»⁶¹; um livro «riquissimamente encadernado, em que estava estampada toda a vida

⁵⁸ R. CUNHA, op. cit., Vol. 2, p. 432.

⁵⁹ R. CUNHA, op. cit., Vol. 2, p. 432.

⁶⁰ Frei António GOUVEIA, *Relaçam em que se tratam as guerras e grandes victorias que alcançou o grãde rey da Persia Xá Abbas do grão turco Mahometto*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1611, p. 29.

⁶¹ A. GOUVEIA, op. cit., p. 46.

de Cristo» (a Bíblia Poliglota [?], obra de Jerónimo Nadal) e «alguns retábulos»⁶²; uma cruz «cheia de relíquias» que o soberano persa pendurou ao pescoço e «como a cabaia que levava vestida fosse de tela carmesim, e a cruz de um cobre preto de Japão, e não muito pequena, podia ser vista de todo o que pusesse os olhos nele»⁶³.

Estas descrições são relevantes por mencionarem objectos artísticos de diferentes proveniências, empregando materiais diversificados, reproduzindo formas e entendimentos outros que não os europeus e/ou cristãos⁶⁴.

O xá Abbas deixou, também, que os frades agostinhos construíssem um convento em Ispão: «É pequeno o convento, mas muito perfeito: a igreja tem por orago a N. Senhora da Assumpção, aonde residiam quatro religiosos, para os quais tinha ordenado S. Majestade a quantia de mil e quinhentos xerafins»⁶⁵; mais tarde enviaria pintores e oficiais ao «mosteirinho» para que lhe «renovassem e pintassem a igreja de ouro e azul».

Em 1608, realizou-se a última embaixada sob o patrocínio de D. frei Aleixo de Meneses. Para essa embaixada, e devido às dificuldades económicas que Goa já atravessava nesse momento, foi difícil ao arcebispo reunir um presente que fosse digno do xá. Acima de tudo, havia que surpreender e não repetir objectos que tivessem ido nas anteriores embaixadas. Surgem, por isso, descrições mais interessantes.

Em que consistia esse presente que tanto trabalho deu ao arcebispo reunir? Era ele

uma baixela de prata lavrada de bastiões, com todo o mais serviço, todo dourado, coisa que na Pérsia não usam por o não saberem fazer, algumas garrafas, e frascos da mesma matéria, mas lavrados todos na China obra de relevo, e de muito feitio. Alguns biombos da China, e Japão que foram os primeiros que tinham entrado na Pérsia, e como tais muito estimados, particularmente do Xá, que é muito afeiçoado à pintura, hum escritório de prata de não menos curiosidade que preço, as gavetas cheias de âmbar, e dalgumas jóias douro guarnecidas de esmeraldas, e rubis pequenos. Um copo de Abada guarnecido de pedraria. Muitos outros brincos assim de Espanha, como da China, de mais curiosidade quer preço, mas que eu tinha buscado porque entendia, que ainda

⁶² A. GOUVEIA, op. cit., p. 47.

⁶³ A. GOUVEIA, op. cit., p. 59v.

⁶⁴ Sobre as embaixadas agostinhas e a composição dos presentes, ver Carla Alferes PINTO, «Presentes ibéricos e “goeses” para Abbas I. A produção e consumo de arte e os presentes oferecidos ao Xá da Pérsia por D. García de Silva y Figueroa e D. frei Aleixo de Meneses», in Rui Manuel Loureiro e Vasco Resende (coord.), *Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os «Comentarios» da embaixada à Pérsia (1614-1624)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2011, pp. 245-278.

⁶⁵ Manuel de Avé Maria, «Manual eremítico da congregação da Índia oriental dos eremitas de N. P. S. Agostinho (...) 1817», publicado em António da Silva REGO (col. e anot.), *Documentação para a história das missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, 2.ª edição, Lisboa, Fundação Oriente/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, Vol. XI, p. 204. A verba concedida ao convento, que se pagava da «real fazenda», surge na sequência da embaixada de Luís Pereira de Lacerda em 1604.

que valiam pouco entre nós não haviam de ser pouco estimados do Xá. Assim quando lhe apresentamos estas coisas, quase todas teve em suas mãos notando o artifício de cada uma, e manifestando quanto desejava ter em suas terras oficiais que lhe pudessem fazer semelhantes obras⁶⁶.

Foram estes presentes de embaixadas que tornaram possível fazer chegar a paragens muito distantes, e fora do circuito produtivo do imenso universo artístico luso-asiático, objectos híbridos de inegável valor estético. Neste capítulo, o gosto, a erudição e o patrocínio de D. frei Aleixo de Meneses tiveram um claro papel pioneiro.

De volta a Lisboa (embarcou a 31 de Dezembro de 1610) e já como arcebispo de Braga (1612-7), antes de ser chamado a Madrid em 1613, D. frei Aleixo manteve a aura moral e o comportamento social já antes mostrados, retomando as obras pias e as mecenáticas. Por exemplo, segundo D. Rodrigo da Cunha, terá «uni[d]o ao convento de Nossa Senhora do Pópulo fundado por seu antecessor a Igreja de S. André de Molaes com obrigação de uma lição de Escritura Sagrada todos os dias»⁶⁷.

Também o mecenato de Meneses em Braga, o quadro completo da relação com o tio, D. frei Agostinho de Jesus, e um relato da sua actuação em Madrid estão por fazer. A documentação trará surpresas e diversos motivos de interesse. Por ora, registem-se a complexidade da personagem, a vastidão do seu patrocínio, a propagação do seu mecenato e o impacto que este terá tido na circulação e compra de obras de arte produzidas em contexto imperial português (e ibérico), muito para além das fronteiras mais alargadas que os reinos ibéricos alguma vez tivessem tido. O exemplo da «reciclagem de presentes» efectuada por Abbas I aquando do envio de «peças das que o vice-rei lhe havia mandado»⁶⁸ para o reino vizinho de Alexandre da Geórgia é, neste contexto, um dos mais interessantes (e desconhecidos) episódios⁶⁹.

Bibliografia

- ABREU, Miguel Vicente d', *Real Mosteiro de Santa Mónica de Goa. Memoria histórica*, Nova-Goa, Imprensa Nacional, 1882.
- ALONSO, Carlos, «Vida del beato Gonzalo de Lagos por Alejo de Meneses, OSA, arzobispo de Goa», *Archivo Agustiniiano*, n.º 72, 1988, pp. 275-298.
- ALONSO, Carlos, *Alejo de Meneses, O.S.A. (1559-1617), Arzobispo de Goa (1595-1612): Estudio biográfico*, Valladolid, Estudio Agustiniiano, 1992.
- AMORIM, Frei Gaspar de, *Sermam funeral em as exequias do Illustrissimo e Reverendissimo senhor dom Fr. Aleixo de Meneses Arcebispo de Goa, Primas & Governador da Índia*:

⁶⁶ A. GOUVEIA, op. cit., pp. 176-177.

⁶⁷ R. CUNHA, op. cit., p. 447.

⁶⁸ A. GOUVEIA, op. cit., f. 53.

⁶⁹ C. A. PINTO, op. cit., p. 255, n. 26.

depois Arcebispo & senhor de Braga, Primas de Espanha, Visorey de Portugal, & ultimamente Capellaõ mor de sua Magestade, & Presidente de deu supremo cõselho em Madrid, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1620.

BASTOS, Celina, «“Da utilidade do tapete”: objecto e imagem», in Jessica Hallett e Teresa Pacheco Pereira (coord.), *O tapete oriental em Portugal. Tapete e pintura, séculos XV-XVIII*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação/Museu Nacional de Arte Antiga, catálogo de exposição, 2007, pp. 151-160.

BOCARRO, António, *Década 13 da História da Índia*, dir. Rodrigo José de Lima Felner, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1876, Parte I.

CONCEIÇÃO, P.^e frei Manuel da, *Jesus. Sermão funeral nas exequias do... Senhor D. F. Aleixo de Meneses...foy pregado no Mosteiro de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, a 6. de Junho [de 1617]*, Lisboa, Officina de Pedro Crasbeeck, 1617.

COSTA, P.^e António Carvalho da, *Corografia Portuguesa, eDescripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal...*, Lisboa, Officina Real Deslandesiana, 1712, Vol. III.

COSTA, Avelino Jesus da, *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas. Estampas*, 6.^a ed., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997.

CUNHA, D. Rodrigo da, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga* (fac-símile da edição coimbrã de Manuel Cardoso, 1635), Braga, Barbosa & Xavier, 1989, Vol. 2.

DIAS, Pedro, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço do Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

Documentos para a História da Arte em Portugal. Arquivo Histórico Ultramarino (documentos dos séculos XVI a XIX), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1976, Vol. 15.

FREITAS, Bernardino José de Senna, *Memorias de Braga...*, Braga, Imprensa Catholica, 1890, Vol. III.

GOUVEIA, Frei António, *Relaçam em que se tratam as guerras e grandes victorias que alcançou o grãde rey da Persia Xá Abbas do grão turco Mahometto*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1611.

MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana. Historica, Critica e Cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até ao tempo prezente* (fac-símile da edição de Lisboa Occidental, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1747), Coimbra, Atlântida Editora, 1965, Vol. II.

MARIA, frei Agostinho de Santa, *Santuário Mariano, e Historia das Image[n]s milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente apparecidas, em graça dos Prêgadores, & dos devotos da mesma Senhora...*, Lisboa, Officina de Antonio Pedrozo Galrão, 1720, Tomo VIII.

MENESES, D. frei Aleixo de, *Treslado da portentosa vida de São Gonçalo de Lagos*, coment. Joaquim Alberto Iria Júnior, Lagos, [s.n.], 1964.

MOREIRA, Rafael, «From Manueline to Renaissance in Portuguese India», *Mare Liberum*, n.º 9, 1995, pp. 401-407.

- OREY, Leonor d', «Os tesouros indianos do Convento do Carmo da Vidigueira e da Graça em Lisboa», in Nuno Vassallo e Silva (coord. cient.), *A Herança de Rauluchantin*, Lisboa, Museu de S. Roque, 1996, pp. 157-169.
- OREY, Leonor d' e SOUSA, Conceição Borges de, «36 – Cofre», in Jay A. Levenson *et al.* (coord. cient.), *Portugal e o Mundo nos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação/Museu Nacional de Arte Antiga, 2009, pp. 88-89.
- PAIVA, José Pedro, *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2006.
- PINTO, Carla Alferes, «Notas para o estudo do mecenato de D. Frei Aleixo de Meneses: os recolhimentos da Misericórdia em Goa», *Anais de História de Além-Mar*, Vol. 7, 2006, pp. 279-309.
- PINTO, Carla Alferes, «Género, mecenato e arte: a criação das *casas de mulheres* em Goa», in Cristiana Bastos (ed.), *Portuguese Literary and Cultural Studies: Parts of Asia*, University of Massachusetts Dartmouth, n.º 17/18, 2010, pp. 51-75.
- PINTO, Carla Alferes, «Presentes ibéricos e “goeses” para Abbas I. A produção e consumo de arte e os presentes oferecidos ao Xá da Pérsia por D. García de Silva y Figueroa e D. frei Aleixo de Meneses», in Rui Manuel Loureiro e Vasco Resende (coord.), *Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os «Comentarios» da embaixada à Pérsia (1614-1624)*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, 2011, pp. 245-278.
- PISSURLENCAR, Panduronga S. S. (estudo e notas), *Assentos do Conselho do Estado*, Bastorá, Tip. Ragel, 1935, Vol. 1.
- PURIFICAÇÃO, Frei António da, *Chronica da Antiquissima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho & Hipponia, & Principal Doutor da Igreja*, Lisboa, Manoel da Sylva, 1642, Vol. I, e Lisboa, Officina Domingos Lopes Rosa, 1656, Vol. II.
- REGO, António da Silva (col. e anot.), *Documentação para a história das missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, 2.ª ed., Lisboa, Fundação Oriente/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, Vol. XI.
- SALDANHA, P.º M. J. Gabriel de, *História de Goa (Política e Arqueológica). História Arqueológica*, New Delhi/Madras, Asian Educational Services, 1990, Vol. II [1.ª ed., Nova Goa, Casa Editora Livraria Coelho, 1926].
- SILVA, Nuno Vassallo, «Tesouros da “Terra de Promissam”. A ourivesaria entre Portugal e a Índia», *Oceanos*, n.º 19/20, Set.-Dez. 1994, pp. 88-100.
- SILVA, Nuno Vassallo, *A Ourivesaria entre Portugal e a Índia do Século XVI ao Século XVIII*, Lisboa, Santander Totta, 2008.
- SILVA, Paula Correia da, *O Convento da Graça de Torres Vedras. A comunidade eremítica e o património*, Torres Vedras, Livro do Dia, 2007.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay, «Dom Frei Aleixo de Meneses (1559-1617) et l'échec des tentatives d'indigénisation du Christianisme en Inde», *Archives des Sciences sociales des Religions*, n.º 103, 1998, pp. 21-42.
- VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome de, *Inventário da Gaveta das Cartas* (documento policopiado), Braga, Arquivo Distrital de Braga, 1985.
- VITERBO, Sousa, *A exposição d'arte ornamental. Notas ao catálogo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 11-14.